



# Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Brasil Quilombola  
Gestão da Política de Promoção da Igualdade Racial

## SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2005, do total previsto para a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), foram utilizados R\$ 14,8 milhões para a execução dos programas e ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro a seguir:

<b>Recursos orçamentários autorizados (LOA + Créditos):</b>	R\$ 20.223.844,00	<b>Realizado orçamentário<sup>1</sup>:</b>	R\$ 14.830.306,00
<b>Recursos não orçamentários previstos:</b>	-	<b>Realizado não orçamentário:</b>	-
<b>Total previsto:</b>	R\$ 20.223.844,00	<b>Total realizado:</b>	R\$ 14.830.306,00

Fonte: SIGPlan

Além disso, do total de R\$ 500 mil inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2004, foram executados R\$ 184 mil.

## PRINCIPAIS RESULTADOS

- Realização da I Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (I CONAPIR), que mobilizou aproximadamente 100 mil pessoas nos diferentes Estados da Federação e no Distrito Federal. O resultado foi a orientação geral para elaboração do Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial, legitimado pelo controle social e pela legitimidade democrática.
- “Política para remanescentes de quilombos”: a superação da meta fixada em 2005 para o programa “Luz Para Todos”, do Ministério das Minas e Energia (MME), que previa o atendimento a 151 comunidades quilombolas, sendo que o programa atendeu 25 comunidades a mais, perfazendo o total de 176 comunidades, beneficiando diretamente 5.476 famílias; destaca-se ainda a entrega de 75 unidades habitacionais e 200 unidades sanitárias nas comunidades do Território Kalunga, em Goiás, números que se somam às 325 residências e 1 mil unidades sanitárias em construção sob responsabilidade da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), do Ministério da Saúde (MS).
- “Desenvolvimento, trabalho e geração de renda”: qualificação de 4.035 negros, por meio dos Consórcios Sociais da Juventude, representando aproximadamente um quarto do total de jovens atendidos. Os jovens têm aulas de ética, cidadania e meio ambiente, inclusão digital, noções de empreendedorismo e apoio à elevação da escolaridade, além de freqüentarem uma oficina de capacitação profissional. Têm direito ao recebimento de uma bolsa de R\$ 150 por mês e, em contrapartida, prestam serviços comunitários. São fixadas, pelo Ministério do Trabalho e Emprego, metas de inserção dos jovens no mercado de trabalho, ao fim do curso.

<sup>1</sup> A execução orçamentária refere-se ao empenho liquidado relativo aos orçamentos das esferas fiscal e seguridade social

- “Educação e cidadania”: o programa “Universidade para Todos (PROUNI)” beneficiou diretamente 38.413 negros no universo de 112.275 mil alunos atendidos, perfazendo um total aproximado de 30%, por meio da concessão de bolsas de estudo integrais e parciais para cursos de graduação em instituições privadas de ensino superior.
- “Saúde e qualidade de vida”: lançamento do Programa de Atenção Integral à Pessoa com Doença Falciforme e outras Hemoglobinopatias e o acréscimo de 50% nos recursos do Programa de Saúde Família para Municípios com comunidades quilombolas em suas circunscrições.
- “Segurança pública e ordenamento jurídico”: conclusão da primeira fase do Projeto Ordem Jurídica e Igualdade Étnico-Racial, cujo objetivo é a revisão geral do ordenamento jurídico para igualdade racial, destacando as fragilidades do sistema que permitem a aplicação discriminatória da lei pelos operadores de direito.
- “Políticas de relações internacionais”: criação do Grupo Especial da Organização dos Estados Americanos para a Elaboração do Projeto de Convenção Interamericana de Combate à Discriminação, liderado pelo Brasil em reconhecimento ao esforço do Estado brasileiro em pautar o tema naquela Organização.

### ASPECTOS RELEVANTES

As contribuições da sociedade civil organizada foram de grande importância para o avanço da questão da promoção da igualdade racial, o que ficou demonstrado na maciça participação da sociedade na 1ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, a qual iniciou o processo de construção do Plano Nacional de Igualdade Racial. Outros exemplos de grande participação social referem-se à questão de cotas nas universidades, ao Estatuto da Igualdade Racial em apreciação no Congresso Nacional, à saúde da população negra e ao emprego das domésticas, entre outros.

Dentre as principais restrições enfrentadas pela SEPPIR para a consecução dos objetivos traçados destacam-se:

**Baixa institucionalização da política de promoção da igualdade racial** – A principal dificuldade é a ausência de mecanismos institucionais permanentes para o desenvolvimento da política. Também é importante ressaltar que a ausência de indicadores gerais de mensuração da desigualdade racial e da exclusão da população negra e indígena também contribui para uma baixa institucionalização da política. A inclusão social e a sustentabilidade das políticas necessitam de aferição, com base em indicadores sólidos, a fim de corrigir eventuais distorções. Destaca-se ainda que não existem metas definidas para as políticas de ações afirmativas, embora sejam essencialmente temporárias, ligadas às metas a serem atingidas.

**Falta de conhecimento da questão racial** – Dificuldade persistente em função da falta de compreensão quanto ao significado das políticas de ações afirmativas pelos gestores nos diferentes níveis da Administração. O questionamento, muitas vezes, ainda se encontra no nível primário quanto à constitucionalidade ou não de tais medidas, mesmo sabendo-se que o Brasil reconheceu há quatro décadas a Convenção Internacional sobre Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial da Organização das Nações Unidas, cujo texto é inequívoco quanto à validade

das ações afirmativas como alternativas reparatórias e inclusivas dos segmentos historicamente prejudicados.

**Insuficiência dos recursos materiais e inadequação da infra-estrutura** – As instalações são insuficientes para a devida acomodação das equipes gerencial e executora do programa. Além disso, faltam mesas, arquivos, linhas de telefone e computadores e é preciso renovar alguns já bastante obsoletos.

**Inadequação da quantidade e da qualificação dos recursos humanos** – A estrutura de pessoal da SEPPIR ainda não está consolidada. É necessário, também, o desenvolvimento de competência, na área de atuação da SEPPIR, nos quadros da Administração Federal, pois faltam servidores qualificados e de carreira nas equipes executoras dos programas. Mais de 80% do quadro são compostos por consultores, que não apresentam o vínculo necessário com a Administração Pública e concentram muitas informações, prejudicando a continuidade dos trabalhos.

### RECOMENDAÇÃO

- Aperfeiçoar a articulação da gerência do programa “Brasil Quilombola” com a coordenação das ações sob a responsabilidade do Ministério da Educação e da Saúde, a fim de melhorar o monitoramento, a gestão e os resultados do programa.

A seguir estão apresentadas, de forma individualizada, as avaliações dos programas sob a responsabilidade da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

## BRASIL QUILOMBOLA

### OBJETIVO

Assegurar às comunidades remanescentes de quilombos, desenvolvimento econômico sustentável e justiça social, bem como a propriedade de suas terras.

### PÚBLICO-ALVO

População de terras ocupadas por remanescentes de comunidades de quilombos.

### EXECUÇÃO DO PROGRAMA

<b>Autorizado (LOA + Créditos)</b> R\$ 28.619.104,00	Empenho Liquidado: R\$ 9.852.141,00 Pago estatais: - Total: R\$ 9.852.141,00
<b>Previsto não orçamentário</b> -	<b>Realizado não orçamentário</b> -

### INDICADOR(ES)

#### 1. TAXA DE ATENDIMENTO ÀS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS

**Unidade de medida:** Percentagem

**Último índice apurado:** 76 em 2005

**Índice previsto ao final do PPA:** 6,7

#### Viabilidade de alcance do índice do indicador ao final do PPA

O índice apurado em 2005 atingiu a marca de 76%. A meta, de 6,7% para o final do PPA, foi estimada de forma equivocada, pois na época da elaboração do programa não havia um levantamento adequado de comunidades existentes e, portanto, um planejamento compatível com o problema existente na sociedade. Dessa forma, o indicador tem de ser revisto urgentemente e deve ser atualizado com freqüência, uma vez que o número de comunidades quilombolas identificadas amplia-se com o passar do tempo. Atualmente, 2.454 comunidades já foram identificadas no país, de modo que 1.863 foram alvo de algum tipo de ação do PBQ ou de ações pertencentes a outros programas, mas que são prioritárias para a SEPPIR. Este indicador reflete apenas o efeito de algumas ações do programa como: "Fomento ao Desenvolvimento Local para Comunidades Remanescentes de Quilombos", "Apoio ao Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Quilombolas" e "Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos". Assim, outros indicadores devem ser criados, uma vez que o índice apurado, em 2005, para o único indicador existente não revela adequadamente a abrangência e o escopo do programa.

## CONTEXTUALIZAÇÃO

As comunidades remanescentes de quilombos, por sua história e relação com a sociedade brasileira, merecem uma atenção especial por parte do poder público, pois representam setores esquecidos e marginalizados pelo processo de desenvolvimento que o país vem experimentando nas últimas décadas. Várias comunidades ainda se encontram em situação idêntica à de um século atrás: estão privadas de energia elétrica, de saneamento básico e das condições elementares de uma vida digna. Essas condições inscrevem as comunidades quilombolas no rol das populações mais carentes e necessitadas de urgentes medidas para a promoção de sua inclusão social, já que são carentes de políticas públicas que as respeitem e façam valer sua condição plena de cidadania. As medidas de justiça social, voltadas para os remanescentes de quilombos, devem consistir em ações que os preparem para uma condição econômica e social nova e auto-sustentável, para que essas comunidades possam caminhar por suas próprias forças, na medida de suas condições e potencialidades, a fim de garantir um novo espaço na sociedade brasileira. O programa Brasil Quilombola objetiva, portanto, reverter esse quadro e representa a primeira inclusão de políticas públicas específicas para comunidades quilombolas.

## PRINCIPAIS RESULTADOS

- Regularização Fundiária de 2 comunidades quilombolas: Conceição do Macacoari, no Município de Macapá, no Amapá (AP), beneficiando 61 famílias e Olho d'Água dos Pires, no Município de Esperantina, no Piauí (PI), beneficiando 50 famílias. O processo de outras quatro comunidades, no Maranhão, encontra-se em fase final e a decisão foi publicada no Diário Oficial da União, em janeiro de 2006: Olho d'Água do Raposo, no Município de Caxias, beneficiando 58 famílias; Altamira, no Município de Pinheiro, em benefício de 60 famílias; São Sebastião dos Pretos, no Município de Bacabal, beneficiando 68 famílias; e Jamary dos Pretos, no Município de Turiaçu, beneficiando 157 famílias;
- Realização da oficina "Quilombos urbanos: políticas de inclusão social em territórios negros das cidades brasileiras", com o objetivo de ampliar os conhecimentos sobre quilombos urbanos e definir procedimentos que devem ser adotados pelos órgãos responsáveis, para assegurar às comunidades o desenvolvimento e a justiça social. A oficina contou com a participação de 150 gestores públicos municipais, estaduais e federais, além de representantes da sociedade civil, principalmente quilombolas;
- Aprovação do projeto "Circuito dos Terreiros", no bairro Engenho Velho da Federação, em Salvador, o qual destina recursos para melhorar a mobilidade de 13 comunidades de terreiros, por meio de reformas na malha urbana, tais como calçamento e arborização das vias públicas;
- Entrega de 75 unidades habitacionais e 200 unidades sanitárias nas comunidades do Território Kalunga, em Goiás (GO), além do início das obras de construção de 325 residências e 1 mil unidades sanitárias; entrega de 85 unidades habitacionais em 3 comunidades quilombolas do Estado de Mato Grosso do Sul (MS), viabilizadas com recursos do Programa de Subsídio à Habitação (PSH); e início das obras de construção de 257 unidades habitacionais nas comunidades de Alcântara, com recursos do PSH;
- Conclusão de projetos de instalação de energia em 176 comunidades,

beneficiando 5.476 famílias, sendo que mais 79 comunidades já iniciaram seus projetos, ao fim dos quais 688 famílias contarão com energia elétrica em suas residências;

- Lançamento de edital para outorga de cinco sinais de rádio, sendo quatro nas comunidades do território Kalunga e uma na comunidade de terreiro no Município de Guaíba (RS);
- Instalação de Telecentros, por meio do Programa Fome Zero- Inclusão Digital, do Banco do Brasil, contemplando cinco comunidades quilombolas e uma associação religiosa e cultural de matriz africana;
- Aumento do valor do repasse para a merenda escolar em 111 Municípios, nas escolas que possuam alunos quilombolas (de R\$ 0,18 para R\$ 0,34 por aluno quilombola), por meio do Programa Nacional de Alimentação Quilombola (Pnaq), do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE);
- Celebração de 41 convênios (7 na Bahia, 1 no Ceará, 1 no Distrito Federal, 3 em Goiás, 9 no Maranhão, 3 em Minas Gerais, 3 no Mato Grosso do Sul, 1 no Mato Grosso, 5 no Pará, 2 na Paraíba, 3 em Pernambuco, 1 no Rio de Janeiro e 2 no Rio Grande do Sul), para a construção de escolas e o recebimento de equipamentos em 23 Municípios e capacitação de professores e recebimento de material didático em 35 Municípios. Em 2005, foi entregue uma escola com capacidade para atender a 120 crianças na comunidade Kalunga, no Município de Cavalcante, em Goiás (GO);
- Aumento em 50% do repasse do Programa Saúde da Família, por equipe trabalhando em comunidades quilombolas, para 55 Municípios. Vale salientar que o mesmo aconteceu com o número de Municípios que acessam os recursos do Programa Saúde Bucal;
- Realização de obra de abastecimento de água em 35 comunidades quilombolas e de melhorias sanitárias domiciliares em 15 comunidades. Além disso, já foram iniciadas obras de abastecimento de água em mais 84 comunidades e obras de melhorias sanitárias em outras 44 comunidades;
- Apoio a 10 projetos de geração de renda em comunidades quilombolas, por meio da montagem de estruturas produtivas, com recursos da Petrobrás (R\$ 4 milhões) no Programa Fome Zero. A ação envolve mais de 1.850 famílias de sete Estados brasileiros. Os projetos para as comunidades de Mocambo (SE), Campinho da Independência (RJ), Ivaporanduva (SP), Barra do Brumado, Riacho das Pedras e Bananal (BA), Tapuio e Sumidouro (PI) já se encontram em fase de implementação;
- Capacitação e assistência técnica de 31 comunidades em 11 Municípios de 6 Estados (PA, MA, SP, GO, RJ, MG);
- Apoio à comercialização dos produtos fabricados pelos remanescentes de quilombos em 10 comunidades, de 9 Estados brasileiros, por meio do acompanhamento e da orientação de projetos para Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER).
- Realização de 18 convênios com associações da sociedade civil, nos Estados de RS, RO, PI, PE, PA, MG, MA, GO, DF e BA, para fomentar o desenvolvimento sustentável de quase 300 comunidades quilombolas;
- Ampliação significativa do cadastramento de comunidades quilombolas no Programa Bolsa Família, que inicialmente eram 194, somando-se a elas 156 comunidades do Município de Alcântara e 650 famílias do Vale do Gortuba, em Minas Gerais. Da mesma forma, já foi iniciado o processo de cadastramento de outras 365 comunidades quilombolas no país, em

7 Estados (PA, MA, BA, MG, GO, RS e SC), atingindo 31.457 famílias e 160.451 pessoas;

- Distribuição de alimentos para 24.909 famílias de comunidades remanescentes de quilombos e 15.850 famílias de comunidades de terreiros;
- Realização do “I Mutirão do Documento na Comunidade André Lopes”, beneficiando as comunidades quilombolas dos Municípios de Iporanga e Eldorado, no Vale do Ribeira, em São Paulo, com 80 atendimentos; na região de Oriximiná, no Pará, o mutirão realizou cerca de 1,8 mil atendimentos para as comunidades quilombolas desse território; implantação do Balcão de Direitos no Estado da Paraíba, que atende a Capital e as comunidades rurais do interior, inclusive comunidades quilombolas, aldeias indígenas, comunidades de pescadores e população ribeirinha, e na comunidade quilombola de Gortuba, no norte de Minas Gerais, cujo foco é o atendimento e a mediação dos conflitos, com previsão de duração de um ano;
- Emissão de documentos para mais de 14.000 trabalhadoras de 64 comunidades, em 9 Estados brasileiros, por meio do Programa de Documentação da Mulher Trabalhadora Rural do Ministério do Desenvolvimento Agrário;
- Capacitação de 2.694 agentes representativos das Comunidades Remanescentes de Quilombos, com o intuito de dotá-los de instrumentos adequados para acompanhar e cobrar ações dos entes públicos e das organizações não-governamentais, por meio de 3 convênios com associações da sociedade civil, distribuídas nos Estados de Minas Gerais e Pernambuco e no Distrito Federal.
- Realização do “1º Seminário Nacional de Desenvolvimento Local e Inclusão Social”, com a capacitação de 150 quilombolas de 23 Estados inseridos em ações afins à temática do evento, tais como economia solidária, elaboração de projetos, acesso a políticas públicas, entre outras questões relevantes. A partir dessa capacitação, espera-se que os representantes quilombolas obtenham uma visão geral das políticas do governo federal e monitorem tais políticas a partir de suas comunidades;
- Constituição de Comitês Estaduais do Programa Brasil Quilombola nos Estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, São Paulo, Rio de Janeiro e Amapá, com a participação de órgãos dos governos federal e estaduais e de prefeituras municipais. O objetivo é garantir o controle social sobre a política e o investimento dos recursos do programa;
- Organização de Coordenações Estaduais Quilombolas no Mato Grosso do Sul, em Minas Gerais, São Paulo e Sergipe; e
- Assinatura de um Acordo de Cooperação por todos os componentes do Grupo Executivo Interministerial (GEI do PBQ), para lançamento das ações que estão sendo implementadas em Alcântara, no Maranhão, com prioridade para o processo de regularização que garantirá terra para 150 comunidades daquele Município; o GEI já se extinguiu e as ações encontram-se em curso, por meio de um Comitê Executivo Nacional, nas áreas de infra-estrutura, desenvolvimento econômico, políticas sociais, direitos humanos, moradia e meio ambiente, além da própria regularização fundiária, envolvendo 17 órgãos federais e compondo um orçamento de R\$ 27 milhões.

## DESEMPENHO DO PROGRAMA (principais restrições e providências adotadas)

**Mecanismos de monitoramento** – As principais dificuldades de monitoramento

do programa foram: a grande concentração de informações pelos consultores contratados que, muitas vezes, negam-se a prestá-las com clareza, rapidez e exatidão; a falta de um banco de dados sistematizado; o baixo comprometimento do Ministério da Educação, que dificilmente informa sobre as ações de sua responsabilidade nas comunidades quilombolas. Em 2006, será implantado o SISPLAM, um sistema de monitoramento das ações da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR).

**Contingenciamento orçamentário** – A não liberação integral do limite orçamentário, a exemplo do que ocorreu no exercício anterior, tem atrasado a consecução do planejamento da Secretaria como um todo.

**Dificuldades de celebração de convênios por inadimplência dos entes** – Acelebração de convênios é prejudicada pela inadimplência de Estados e Municípios.

Insuficiência dos recursos materiais e inadequação da infra-estrutura – As equipes gerencial e executora do Programa são afetadas pelos seguintes problemas: falta de espaço físico, mau aproveitamento do espaço atual; falta de mesas, arquivos, linhas de telefone e computadores, dos quais 40% não funcionam direito.

**Inadequação da quantidade e da qualificação dos recursos humanos** – Faltam servidores qualificados e de carreira na equipe executora. Mais de 80% do quadro são compostos por consultores, que não apresentam o vínculo necessário com a Administração Pública e concentram muitas informações, prejudicando a continuidade dos trabalhos. Nem todos os servidores são devidamente qualificados para a temática: há apenas 1 Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, responsável por todo o monitoramento e pela elaboração de todos os relatórios do PBQ. Os outros servidores têm formação variada e apenas 2 deles são antropólogos.

## OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

**Articulação com órgãos governamentais** – A parceria com a Subsecretaria de Articulação e Monitoramento da Casa Civil (SAM), no que diz respeito ao monitoramento e à avaliação do programa, aponta constantemente para melhorias na articulação com os Ministérios da Educação e da Saúde. A pactuação e o monitoramento das ações, sob a responsabilidade desses órgãos, tem sido prejudicada em função da baixa articulação entre eles. A avaliação também aponta para a necessidade de concentrar esforços nas ações de regularização fundiária, pois os resultados alcançados em 2005 ficaram muito abaixo do esperado.

## RECOMENDAÇÕES

- Incluir os indicadores “Taxa de Evolução de Comunidades Certificadas como Remanescentes de Quilombos” e “Taxa de Evolução de Comunidades Quilombolas com Terras Tituladas” e alterar o indicador existente para “Taxa de Atendimento às Comunidades Remanescentes de Quilombos por Ações de Fomento ao Desenvolvimento Local e Sustentável”, pois ele não revela com transparência a abrangência do programa. É necessário também evidenciar as melhorias das condições de vida nas comunidades a partir da entrega de benefícios;

- Alterar o objetivo do programa para “Assegurar às comunidades remanescentes de quilombos a propriedade de suas terras, seu desenvolvimento econômico sustentável, a infra-estrutura adequada à realização de suas atividades, a melhoria das condições de vida de seus habitantes, a preservação de seu Patrimônio Cultural Material e Imaterial e a capacidade de exercer o controle efetivo das políticas públicas que lhe são destinadas”; e
- Aperfeiçoar a articulação da gerência do programa Brasil Quilombola com a coordenação das ações sob a responsabilidade dos Ministérios da Educação e da Saúde, a fim de melhorar o monitoramento, a gestão e os resultados do programa.

## GESTÃO DA POLÍTICA DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

### OBJETIVO

Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e o controle dos programas na área de promoção da igualdade racial.

### PÚBLICO-ALVO

Governo.

### EXECUÇÃO DO PROGRAMA

<b>Autorizado (LOA + Créditos)</b> R\$ 13.597.503,00	Empenho Liquidado: R\$ 10.158.092,00 Pago estatais: - Total: R\$ 10.158.092,00
<b>Previsto não orçamentário</b> -	<b>Realizado não orçamentário</b> -

### INDICADOR(ES)

Este programa não possui indicadores, por ser do tipo “Gestão de Políticas Públicas”.

### CONTEXTUALIZAÇÃO

Os brasileiros afro-descendentes correspondem a 45% dos habitantes do Brasil, segundo dados do Censo de 2000. O quadro de desigualdades raciais predominante no país é bastante assustador, revelando o drama da marginalização econômica e da injustiça social que afeta os afro-descendentes. No Brasil, a pobreza tem cor, e essa cor é negra. Com efeito, em 2001, segundo estudos promovidos pelo IPEA, 47% da população negra era pobre; esse percentual caía para menos da metade (22%), quando se tratava da população branca. Além disso, observa-se que os afro-brasileiros têm mais chances de ficar desempregados e, no geral, costumam ganhar o equivalente à metade dos rendimentos obtidos pelos brancos. Outrossim, a maior parte trabalha no setor informal, isto é, não têm assegurados seus direitos trabalhistas. Em média, os jovens e adultos negros têm dois anos a menos de estudo do que os jovens e adultos brancos.

Essas desigualdades são resultado não somente da discriminação ocorrida no passado, mas também de um processo ativo de preconceitos e estereótipos raciais que legitimam, diuturnamente, procedimentos discriminatórios. Nesse sentido, o programa “Gestão da Política de Promoção da Igualdade Racial” busca coordenar a formulação e o planejamento de políticas públicas destinadas à promoção da igualdade racial e ao combate da discriminação, fundamentadas no princípio da transversalidade.

## PRINCIPAIS RESULTADOS

- Realização da 1ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, precedida por etapas preparatórias nas 27 Unidades da Federação. Este processo mobilizou cerca de 90 mil pessoas e reuniu, em Brasília, aproximadamente 2.500 delegados e observadores. O Relatório Final da Conferência embasou a instituição do Grupo de Trabalho Interministerial, encarregado de apresentar o documento-base para a elaboração do Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial, a ser lançado em 2006;
- Qualificação de 4.035 negros, por meio dos Consórcios Sociais da Juventude, representando 50,24% dos beneficiados;
- Atendimento de 88 mil negros e indígenas pelo Plano Nacional de Qualificação, com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador;
- Capacitação de gestores públicos por meio do programa “Gênero, Raça, Pobreza e Emprego (GRPE)”, nas localidades do ABC Paulista, em São Paulo, na Meso-Região do Vale do Jequitinhonha e em Salvador, além de gestores dos Ministérios da Previdência Social, Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Trabalho e Secretaria Especial de Direitos Humanos;
- Instituição da Campanha da Diversidade, com o objetivo de sensibilizar as empresas privadas a respeito do tema;
- Inserção da atenção à saúde da população negra no Plano Nacional de Saúde;
- Inclusão do recorte racial no Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade Materna e Neonatal;
- Lançamento do Programa de Atenção Integral à Pessoa com Doença Falciforme e outras Hemoglobinopatias;
- Criação do Comitê Técnico da Saúde da População Negra no Ministério da Saúde;
- Inserção da ação “Atenção à Saúde da População Negra” no Plano Plurianual (PPA), sob a responsabilidade do Ministério da Saúde, com recursos da ordem de R\$ 2 milhões no orçamento de 2006, para a criação dos Comitês Técnicos Estaduais;
- Lançamento do Programa Nacional de Combate ao Racismo Institucional no SUS;
- Lançamento de uma campanha nacional de luta contra a Aids, focada no combate ao racismo;
- Concessão de bolsas de Iniciação Científica para pesquisas sobre Aids e Saúde da População Negra a estudantes cotistas negros em 11 universidades públicas, por meio do Projeto Afroatitude;
- Implantação do Programa Universidade para Todos (PROUNI), destinado à concessão de bolsas de estudo integrais e parciais para cursos de graduação, em instituições privadas de ensino superior, beneficiando cerca de 112.275 alunos, dos quais 38.413 são negros, no ano de 2005;
- Processo de capacitação e distribuição de “kits” educativos em 2.000 escolas de 6 Estados, por meio do projeto A Cor da Cultura, ao custo de R\$ 5,6 milhões, em parceria com a Petrobrás, o Canal Futura, o Centro Brasileiro de Informação e Documentação do Artista Negro (Cidan) e a Rede Globo;
- Encaminhamento ao Congresso Nacional do Projeto de Lei nº 73/1999, que estabelece reserva de vagas para negros e indígenas nas universidades públicas;

- Implementação de programas de ações afirmativas, adotando cotas para negros e indígenas em 8 universidades federais;
- Mudança de critérios do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies) – acréscimo de 20% no índice de classificação para candidatos negros, estimulando o acesso de cerca de 36 mil afro-descendentes a cursos superiores não gratuitos, por meio de concessão de crédito educativo;
- Desenvolvimento de projetos para a implementação da Lei nº 10.639, de 2003, que instituiu a obrigatoriedade de inclusão da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” no currículo da rede de ensino, por instituições públicas de ensino superior, por meio dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (Neafros), com aporte de R\$ 2,5 milhões;
- Censo Escolar “Mostre sua Raça, Declare sua Cor”, realizado pela primeira vez com recorte racial, em parceria com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep/MEC), em março de 2005;
- Revisão do Plano Nacional de Educação (PNE), elaborada com a participação de um grupo de educadores negros especializados na temática racial e que têm representação política e acadêmica em universidades, ONGs e instituições sociais de todo o país;
- Produção de cinco séries de audiovisuais, com 56 programas/ano exibidos pela Rede Globo e pelo Canal Futura, por meio do Projeto A Cor da Cultura;
- Inserção das representações das religiões de matriz africana na Comissão Permanente de Segurança Nutricional e Alimentar da população negra do CONSEA;
- 15.850 famílias de comunidades de terreiro beneficiadas pela entrega de alimentos;
- Criação do Fórum de Comunicadores Negros, envolvendo cerca de 30 profissionais de veículos impressos, rádio, TV e internet; e
- Implementação do Plano Setorial de Qualificação - Trabalho Doméstico Cidadão.

## OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

**Parcerias** – Os parceiros não-governamentais, em virtude da capilaridade de sua ramificação no País, são muito importantes na implementação de políticas e conscientização da população acerca da questão da desigualdade racial. As parcerias foram realizadas mediante a celebração de diversos convênios e o apoio de entidades e empresas a projetos, principalmente nas áreas de emprego, educação, cultura, comunicação social e informação.

**Participação Social** – As contribuições da sociedade civil organizada foram de grande importância para o avanço da promoção da igualdade racial, o que ficou demonstrado na maciça participação da sociedade na 1ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, a qual iniciou o processo de construção do Plano Nacional de Igualdade Racial. Outros exemplos de grande participação social referem-se à questão de cotas nas universidades, ao Estatuto da Igualdade Racial em apreciação no Congresso Nacional, à melhoria da saúde da população negra, ao maior número de empregos dado a domésticas negras, entre outros.

## RECOMENDAÇÕES

- Incluir a ação não-orçamentária “Monitoramento do Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial”, com a finalidade de monitorar a implementação das ações e o cumprimento das metas pactuadas com outros órgãos governamentais, no âmbito do Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR), elaborado a partir das diretrizes da 1ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, com foco nas seguintes áreas: saúde; educação; crescimento econômico, PIB e exportação; assistência social e transferência de renda; habitabilidade; promoção da igualdade racial – democracia e cidadania; sistema de gestão do PNPIR; comunidades remanescentes de quilombo; povos indígenas; e população cigana.